› PENEIRA FINA

› Da Redação

politica@oregional.com.br

DISSÍDIO

A Diretoria do Simcat (Sindicato dos Servidores Municipais de Catanduva) informou que, após a assembleia dos servidores públicos municipais referente ao dissídio de 2022, a entidade encaminhou a pauta de reivindicações ao governo municipal para apreciação, solicitando o agendamento de uma reunião para tratativas. A Prefeitura marcou a reunião para a próxima segunda-feira, dia 21, às 9:30 horas, quando serão apresentadas as análises das reivindicações.

DEVAGAR OU RÁPIDO

Este ano, vamos ver se o resultado do encontro e a discussão da pauta de reivindicações será de uma rapidez tamanha ou teremos um arrastado lenga-lenga. Com o pagamento das dívidas atrasadas, o prefeito Padre Osvaldo (PSDB) ainda "surfa na onda" de bom prestígio entre os funcionários municipais. Mas, se de repente, endurecer na negociação, talvez os ventos mudem de direção. Se tirar uma foto do momento atual, pode-se dizer que está com a "faca e o queijo na mão". Só tem que tomar cuidado para não deixar o queijo cair e a faca quebrar...

THAIS ESPEJO

INCONFORMADA

A internauta e arquiteta Thais Espejo postou nas redes sociais o seu descontentamento e inconformismo com a administração pública municipal, afirmando: "A cidade está abandonada. Um absurdo de impostos que pagamos e temos que deparar com esse tipo de serviço fornecido a população. Uma vergonha". A indignação da munícipe é referente ao asfalto que "engoliu" a lateral de um caminhão. De acordo com ela "uma obra 'recente' de tubulação na rua Ouro Branco - Glória IV, onde constantemente vem nos dando problemas com buracos e crateras no 'asfalto', isso por conta do mal serviço prestado".

PÉSSIMO

A arquiteta também fez criticas à operação tapa-buracos da Prefeitura: "é desesperador ver o péssimo nível de serviço que nos oferecem, um asfalto de 3ª, na maioria das vezes, nos presenteiam com esses tapa buracos, que vão embora junto com a primeira chuva ". E sua postagem é finalizada com a seguinte pergunta: "aonde são usados nossos impostos?".

MÁSCARAS EM QUEDA

O uso de máscara deixou de ser obrigatório em ambientes fechados no estado de São Paulo desde ontem. O governador João Doria (PSDB) anunciou a decisão durante o programa "Brasil Urgente", do apresentador José Luiz Datena, pré-candidato ao Senado na chapa encabeçada pelo PSDB em São Paulo. A medida foi publicada no decreto nº 66.575, em edição extra do Diário Oficial, com efeito imediato. Com isso, o uso de máscara não será mais exigido em locais fechados no estado.

PORÉM, CONTUDO...

Hospitais, serviços de saúde, transporte público e locais de acesso, como estações de metrô e trem e terminais de ônibus, porém, são exceções. Nesses locais, a proteção contra Covid ainda será obrigatória em São Paulo. O uso de máscara também continua obrigatório em aviões e em espaços de acesso controlado de aeroportos, como a área de embarque, por norma da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

FOGO AMIGO

O ex-deputado e atual suplente de senador José Aníbal (PSDB-SP) é conhecido por ser implacável nas críticas que dispara contra seus adversários políticos. Atualmente, o seu "inimigo preferencial" atende pelo nome de João Doria, governador paulista e pré-candidato tucano à Presidência da República, a quem acusa de levar ao precipício o partido que governou o país por oitos anos, entre 1995 e 2002.

GEMA E CLARA

Segundo Aníbal, "Doria gastou uma fortuna para fazer 'mise-en-scéne' em aeroportos, fez aquele jogo sórdido de pressão, de contrapressão e ameaças. É um horror esse cara. Ele é o ovo da serpente dentro do PSDB. Ganhou as prévias, mas não levou", disse o suplente do senador José Serra, que levantou suspeita sobre a lisura das prévias do partido.

FESTA DO VEREADOR

Amanhã, sábado, um nobre edil (que engata uma primeira, sempre acelera e da aquela buzinada) estará realizando sua festa de aniversário para comemorar meio século de vida, afinal são 50 aninhos, mas com corpinho de 51 e meio. Os amigos do famoso Grupo dos 7, além dos colegas de Legislativo, e mais alguns secretários municipais e o chefe do Executivo fazem parte da lista de convidados. Afinal, quem já foi Rei Momo, nunca perde a majestade. O assessor do vereador garantiu que já não vai jantar hoje para ficar com mais apetite no aniversário de amanhã à noite. O local da festa? Mistéééério...

A FRASE

"Somos o que pensamos. Tudo o que somos surge com nossos pensamentos. Com nossos pensamentos, fazemos o nosso mundo." (Buda, que em hindu significa "Iluminado", foi o título dado ao líder religioso Siddhartha Gautama, que viveu na Índia entre os séculos VI e V a.C.)

› SESSÃO ADIADA

Tribunal de Contas Suspende Abertura de Propostas de Concessão da Iluminação Pública

Licitação tem valor estimado em R$ 140,3 milhões para contrato válido por 23 anos

Guilherme Gandini
Editor-Chefe

ARQUIVO/PREFEITURA DE CATANDUVA

PARQUE *de iluminação pública tem mais de 21 mil pontos luminosos*

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE), diante de quatro representações formuladas contra a Concorrência Pública nº 02/2022, que trata sobre a concessão dos serviços de manutenção da iluminação pública à iniciativa privada, decidiu suspender a abertura das propostas do certame. A etapa estava prevista para esta sexta-feira, 18, às 14 horas.

Conforme exposto pelo conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, os apontamentos bastam para concluir, em exame prévio, pela ocorrência de possível violação à legalidade e competitividade desejadas, o que é suficiente para a providência cautelar, a fim de esclarecer as questões.

"Acolho a solicitação de exame prévio do edital, determinando, liminarmente, ao Prefeito Municipal e ao Interventor que suspendam a realização da sessão pública de recebimento dos envelopes e abstenham-se da adoção de quaisquer medidas corretivas no edital até ulterior deliberação desta corte", frisou Beraldo em despacho assinado na quarta-feira, 16.

Foi fixado prazo de 48 horas para que a Prefeitura encaminhe razões de defesa, assim como o inteiro teor do edital, publicações, eventuais esclarecimentos e o destino dado a impugnações ou recursos. Caso o município opte pela revogação ou anulação da licitação, deverá comunicar o TCE. O descumprimento da determinação da Corte de Contas prevê punição pecuniária.

Pesaram na decisão do tribunal apontamentos feitos por Splice Indústria Comércio e Serviços Ltda, Diego Hyuri Arruda, Amanda Regina de Souza Silva e Luís Gustavo de Arruda Camargo, com pedido de suspensão liminar do certame e, ao final, a determinação de alteração do edital.

Foram citados pelos três primeiros, entre possíveis vícios, a exigência de documentos que extrapolam o previsto em lei e em Súmulas do TCE, exigência de atendimento de portaria recém-revogada pelo Inmetro e requisitos de habilitação técnica que cerceiam a participação, como, por exemplo, a solicitação de experiência em iluminação pública e expertise em telegestão.

Entre as falhas apontadas por Luís Gustavo estão a imposição de capital social mínimo superior ao limite legal, exigência de iluminação em eventos festivos sem previsão de quantitativo, impossibilidade de impugnação de forma eletrônica, possível defasagem da data-base do edital (junho/2021) e imposição de experiência específica em luminárias LED.

ENTENDA

A Prefeitura de Catanduva abriu concorrência pública do tipo menor valor de contraprestação mensal para fazer a concessão dos serviços de manutenção da iluminação pública à iniciativa privada. O acordo será firmado por meio da chamada PPP – Parceria Público Privada.

O objetivo é selecionar a melhor proposta para a modernização, eficientização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública do município. O contrato englobará, ainda, a implantação de centro de operações, call-center para atendimento e sistema de telegestão. O prazo da concessão será de 23 anos, renováveis até 35 anos.

O valor estimado do contrato de concessão é de R$ 140,3 milhões, na data-base de junho de 2021 – trata-se da soma das contraprestações estimadas para o prazo contratual. Cada parcela mensal, entretanto, deverá ter como teto o valor de R$ 520,8 mil, tomando-se como referência o ano 3 da concessão: no ano 1 será pago 60% e no ano 85% do valor total proposto.

A contraprestação mensal será paga pela Prefeitura, de acordo com a Proposta Econômica apresentada pela contratada, com utilização dos recursos das Contribuições de Iluminação Pública (CIP). Podem participar pessoas jurídicas nacionais ou estrangeiras, inclusive consórcios.

Entre os compromissos assumidos pela futura ganhadora do certame está a migração de 100% dos pontos de iluminação para a tecnologia LED em até 18 meses, considerando a substituição mínima de um terço da quantidade de luminárias de cada tipo ao ano. Outra meta é a implantação, em até 1 ano, de novos pontos de ilumiânção limitados a 1% do parque existente.

O contrato também prevê a redução anual do consumo de energia elétrica, no período de 24 meses, com meta de diminuição de 50% após concluída a instalação de luminárias LED. E, ainda, o pagamento à Companhia Paulista de Desenvolvimento (CPD) pelos estudos de viabilidade técnica, econômica e jurídica para a implantação da PPP no valor de R$ 687,1 mil.

Será analisada, ao longo da concessão, uma série de indicadores de qualidade do serviço e de desempenho que poderão impactar nos valores da contraprestação mensal em até 10%.

› ACUSAÇÃO

Ex-Prefeito Geraldo Vinholi é Citado na Delação da Concessionária Ecovias

Ele compõe lista de parlamentares citados por delator que teriam recebido vantagens ilícitas

Da Reportagem Local

ARQUIVO/O REGIONAL

VINHOLI *classificou a acusação como "incabível" em nota à Folha*

Delação premiada feita por representante da concessionária Ecovias atingiu políticos do PSDB, PT e União Brasil. Entre os citados, está o ex-prefeito de Catanduva, Geraldo Vinholi (PSDB). A informação consta em reportagem do jornal Folha de S.Paulo. A concessão engloba as rodovias Anchieta e Imigrantes, ligações da capital do estado com o litoral sul e que abrigam as praças de pedágios com a tarifa individual mais alta do estado: R$ 30,20 para carros.

Em 2020, conforme a reportagem, a Ecovias assinou acordo cível com a Promotoria paulista em que afirma ter havido formação de cartel, pagamento de propinas e repasses de caixa dois em 12 contratos de concessão rodoviária firmados em São Paulo.

O acordo está na casa dos R$ 650 milhões, sendo R$ 450 milhões em obras e R$ 200 milhões para o erário. Ainda há pendência no Conselho Superior do Ministério Público e falta a homologação judicial.

As irregularidades, segundo a empresa relatou, duraram de 1998 a 2015, período que inclui as gestões Mario Covas, José Serra e Geraldo Alckmin, todos governos do PSDB.

Segundo a Folha, o delator da Ecovias falou ao Ministério Público sobre a atuação de deputados estaduais da Assembleia Legislativa durante CPI para apurar critérios de concessões de rodovias e cobranças de pedágio, em 1999.

De acordo com o relato, faziam parte da comissão os deputados Geraldo Vinholi (PSDB, à época no PDT), Edmir Chedid (União), Claury Alves Silva (à época no PTB), Roberto Morais (Cidadania), José Zico Prado (PT) e José Rezende (à época no PL).

Segundo o delator, "todos os parlamentares acima identificados teriam sido beneficiados pelo pagamento de vantagens ilícitas, arcadas pelas 12 concessionárias" de São Paulo na época. O pagamento, segundo ele, ocorreu "sob pena de elaboração de um relatório final [da CPI] desfavorável a elas".

Desembargadores do Tribunal de Justiça afirmaram que o caso relativo à CPI de 1999 prescreveu e, por isso, houve extinção da punibilidade dos políticos citados e arquivamento. O documento, porém, volta a citar a Assembleia Legislativa no contexto de nova CPI relacionada aos pedágios, ocorrida em 2014, na qual teria havido pagamento. Desta vez, a título de caixa dois.

À reportagem da Folha de S.Paulo, Vinholi chamou a acusação de "incabível" e que isso pode ter colaborado para a extinção da punibilidade. "Vale reforçar que, segundo checagem da Folha de S.Paulo, o próprio Tribunal de Justiça (TJ-SP) reconheceu a prescrição do conteúdo e determinou, tempos atrás, o arquivamento do processo", disse, em nota.